

A Restauração Pernambucana e as negociações diplomáticas nos Países Baixos.(1644-1649)

THIAGO GROH

MESTRANDO-UFF

THGROH@TERRA.COM.BR

O século XVII marca a Europa por balizar um momento de mudanças nas suas estruturas sociais e políticas, sobretudo em Portugal e Inglaterra que alteram no decorrer desse período seus governos e provocam certa instabilidade nas monarquias do continente (VALLADARES, 2006. p.17). Nesse espaço temporal, desenvolve-se o primeiro grande conflito mundial entre as grandes nações (BOXER, 2002. P. 120-124).

Para Portugal, as mudanças chegam em 1640 quando o reino separa-se da Espanha de maneira abrupta e ímpar na história, recebendo uma pesada e onerosa herança deixada pela política bélica de Felipe IV, que consistia na guerra com a Holanda¹ no além-mar, na invasão dos territórios coloniais e conseqüentemente na perda de renda, na necessidade de reorganizar o reino e sua nobreza e a necessidade de reconhecimento internacional da monarquia.

Não obstante, Evaldo Cabral de Mello coloca como os principais e mais urgentes encargos de D. João IV a obtenção de apoio internacional e reconhecimento para o trono e o reino, a manutenção das fronteiras e a retomada dos territórios-colônias invadidos pelos inimigos da Espanha durante a União dinástica (MELLO, 2003. p.23).

Logo, o que propomos apresentar nesse texto, não somente insere-se nessa perspectiva temporal apontada, como perpassa as relações estabelecidas por ambas as nações ao longo dos anos que antecederam os conflitos nos territórios coloniais, na medida em que dentro do território europeu sempre mantiveram uma relação de amizade e cordialidade. Nosso objetivo concentra-se no paralelo possível de se traçar entre as negociações diplomáticas na cidade holandesa de Haia e a Insurreição Pernambucana, mostrando a intercepção entre as lutas na América e as negociações políticas na Europa.

¹ Para melhor entendimento usamos o termo Holanda para designar a República das Províncias Unidas dos Países Baixos e seus habitantes por assim denominados holandeses.

Portugal e Holanda são duas nações com seus territórios voltados para mar e com vocação mercantilista. Ali, a presença de inúmeros mercadores, principalmente judeus, que constituíram uma grande rede de comércio entre os dois países e outras regiões comerciais da Europa. Mas, sobretudo, farão dessas duas nações nos séculos XVI e XVII importantes praças comerciais (STUDNICKI-GIZBERT, 2003).

As relações entre os grupos mercantis da Holanda e de Portugal retratam o desenvolvimento desses Estados e da economia européia, na medida em que esses homens de negócios estabelecem relações com as diversas regiões do mundo. Observar a trajetória destes permite ao historiador perceber o desenvolvimento das sociedades e das relações sociais, Fernanda Olival no texto, *Juristas e Mercadores a conquista das honras: quatro processos de nobilitação quientistas* nos mostra exemplarmente tal questão (OLIVAL, 2002).

Quanto à rede estabelecida por esses mercadores e a extensão de seus negócios, tal como a inter-relação entre os diferentes comércios, um caso bem ilustrativo é o caso do cristão-novo Duarte da Silva. Processado pelo Tribunal do Santo Ofício de Portugal suas relações, sociais e comerciais, são amplamente documentadas. Podendo-se observar diferentes aspectos de sua vida particular e de negócios, tal como a amplitude espacial que esses comércios atingiam (CAROLLO, 2003).

Duarte da Silva aponta através de suas relações comerciais os laços que se formam entre Portugal e Holanda. E no fundo, são essas relações que se rompem com a política do Conde-duque de Olivares, que impõe a partir de 1620 uma série de restrições para o comércio entre lusitanos e holandeses, dentro do contexto da guerra hispano-holandesa, que acabam levando de certo modo a Holanda, através de suas companhias comerciais, atacar e invadir os territórios coloniais portugueses em todo o mundo (VALLADARES, 2006. p.44).

Portugal se faz um império através do domínio dos mares, principalmente do Oceano Atlântico. A soberania sobre os oceanos e as rotas comerciais permite ao povo português, espremido em uma pequena faixa de terras na península ibérica, conquistar um sem número de terras nas diversas regiões do globo. Enquanto a Holanda se torna um império pela tolerância religiosa (Cf. ISRAEL & BERKVEN-STEVELINCK,

1997. ISRAEL & SCHWARTZ, 2007) e pela concessão de privilégios, que atrai principalmente os negociantes de origem judaica.

Ao cabo e ao fim, são os interesses mercantes das duas nações que estarão em jogo nas negociações diplomáticas de 1640-1668, e conseqüentemente os destinos dos dois impérios, que a princípio se desenvolvem associados pelos laços comerciais que dinamizam o comércio de tecidos, açúcar, metais preciosos e especiarias. São essas questões que estão por trás dos acordos firmados pelas duas partes até a paz derradeira.

E são esses mesmos interesses econômicos que levam os holandeses através da Companhia das Índias Ocidentais (*West-Indische Compagnie* ou WIC) a investirem contra o nordeste do Brasil, a principal região açucareira da colônia, três anos após a fundação da Companhia em uma ousada invasão da cidade de Salvador, capital colonial. Ousada, amedrontadora, mas sem conseguir resistir a “guerra lenta”(MELLO, 2007.p.26) imposta pela resistência da cidade que se forma nas terras do recôncavo e encurrala os invasores na cidade. Contudo, segundo Edgar Prestage, a conquista do Brasil pela Holanda dá-se em 1630 com a conquista de Pernambuco (PRESTAGE, 1926. p. 2).

Minar a economia da Espanha era uma das estratégias holandesas que serve também ao interesses de sua própria, e ocupa o inimigo em duas frentes distintas: financeira e militar na mediada em que atacam uma das fontes de ganho e obrigam o deslocamento das tropas para a defesa das frotas marítimas e do território(FREIRE & CUNHA,2006. p.16). A presença da armada liderada por Piet Heyn no Atlântico Sul, capturando importantes carregamentos de prata espanhola, é fundamental para o sucesso da empreitada holandesa no Brasil e contra Filipe IV (BLACK, 1998. p. 16-20).

Com a Restauração de Portugal em 1640, D. João IV reconhecido e legitimado pelos portugueses, precisa estabelecer alianças e relações diplomáticas com as outras nações européias para a consolidação da independência do reino e seu reconhecimento como rei de Portugal perante as nações (COELHO,1940. p.XIII). No caso da Holanda significava salvar as colônias no ultramar e recuperar o monopólio sobre o comércio do açúcar e de escravos.

Destarte, as primeiras missões diplomáticas enviadas pelo rei D. João IV no ano de 1641 têm como destino: Inglaterra, França, Suécia, Holanda e Roma (Santa Sé)². Com a exceção da Holanda cujo objetivo primeiro da missão era a busca pela paz no além-mar ou ao menos uma trégua, nos outros países deviam os adidos lusitanos buscar o reconhecimento do reino e o estabelecimento de laços políticos.

França e Suécia formavam junto com a Holanda uma aliança estratégica, na qual Portugal desejava se inserir e conseguir mais facilmente recuperar seus territórios tomados pelos holandeses durante os anos de união dinástica com a Espanha. A Inglaterra era uma potência emergente, apesar de toda a crise político-social que a cercava. Roma representava o poder celestial que dignava aos reis o “*per me reges regnant*” (poder divino do rei).

Para França partem em 1641 Francisco de Mello e o Dr. Antonio Coelho de Carvalho como embaixadores em busca de uma aliança estratégica contra a Espanha, um inimigo comum dos dois países. A França em um primeiro momento apresentava-se aberta a uma liga com Portugal, mas recua no trato, na medida em que vislumbra a possibilidade de um jogo duplo apoiando discretamente a Restauração e negociando com a Espanha (PRESTAGE, 1928. p.4-5). A paz com a França dada com a mais certa e útil para Portugal, uma aliança perfeita para os dois reinos inimigos de Espanha (ERICEIRA,1945. p.175).

As tratativas com a França se estenderão por longos anos e inúmeras tentativas de acordo, que implicavam até mesmo na entrega do nordeste açucareiro e do próprio reino de Portugal em uma tentativa desesperada apresentada pelo Padre Antonio Vieira a Mazarino em formar uma aliança com essa nação através do casamento infante português D. Teodósio com Melle de Montpensier (MELLO, 2003. p.101-102). O

² Edgar Prestage indica na lista de diplomatas enviados por D. João IV as diversas partes da Europa no ano de 1641 o Padre Ignácio Mascarenhas como embaixador na Catalunha, que nesse momento batalha pela sua separação da Espanha de Filipe IV. Porém, o padre não figura na lista de embaixadores elaborada por Luis Teixeira de Sampayo com base no Arquivo Histórico do Ministério dos Negócios Estrangeiros, que é considerada pela larga pesquisa arquivística uma lista mais segura. Assim, não listamos a Catalunha como uma missão diplomática. PRESTAGE, Edgar. Ministros portugueses nas cortes estrangeiras no reinado de D. João IV e a sua correspondência. In: *Revista de História*. (Publicação trimestral) Lisboa: Livraria Clássica Editora de A. M. Teixeira, 1915. 4ºVolume. SAMPAYO, Luis Teixeira. *O Arquivo Histórico do Ministério dos Negócios Estrangeiros: Subsídios para o estudo da história da diplomacia de portuguesa*. Coimbra: Imprensa Universitária, 1925. Separata do Arquivo de História e bibliografia. Vol. II.

acordo com a França sai apenas em 1666 ou seja apenas dois anos antes do acordo entre Portugal e Espanha.

Francisco de Sousa Coutinho, homem ligado a Casa de Bragança que já havia representando os interesses do ducado na corte de Madrid, é o enviado a Suécia da Rainha católica Cristina em 1641. Os negócios com esse reino concentram-se principalmente em obter apoio para a participação dos embaixadores portugueses no Congresso de Münster, onde os reinos católicos se reuniram para colocar fim a Guerra dos Trinta Anos³. Junto com a França os embaixadores suecos buscaram introduzir os colegas portugueses nas negociações e no acordo final.

Quanto à Inglaterra os interesses primeiro dos adidos de D.João IV eram comerciais, tendo como objetivo também a amizade desse reino que não estava envolvido nos conflitos que ocupavam os reinos do continente europeu (PRESTAGE,1929. p. 111). Por fim, a liberdade de comércio entre ambos garante um bom relacionamento e uma alternativa importante para Portugal na compra e venda de mercadorias.

Para a Holanda o primeiro enviado é Tristão de Mendonça Furtado, fidalgo português que participou do movimento de Restauração, chegando logo no início do ano de 1641 à Haia. Esse, obtém já em junho daquele ano um tratado onde os holandeses reconheciam evasivamente a possibilidade de no futuro partilhar ou trocar os territórios portugueses conquistados. Mas como diplomata, foi considerado fraco por sua atuação em Haia, ao menos em Portugal (VAINFAS, 2007. p.87).

A trégua de dez anos celebrada nesse acordo é ignorada pelos holandeses com o pretexto de que tal somente era válida após a ratificação de D. João IV. Assim a demora da assinatura “libera” os holandeses para conquistar na segunda metade de 1641, Angola, Luanda, Benguela e os portos de São Tomé e Ano Bom. Além do Maranhão e de Sergipe. Enfim, a trégua mal resolvida e a fragilidade militar lusitana entrega ao final de 1641 a costa africana, ou seja, o monopólio no comércio de escravos e duas capitanias açucareiras do Brasil.

³ Em Münster também se põe fim a Guerra dos Oitenta Anos entre Espanha e Holanda, selando a paz entre esses dois países.

No ano seguinte Tristão de Mendonça é substituído por Francisco de Andrade Leitão que ocupa o posto até 1643 quando chega Francisco de Sousa Coutinho. Desembargador da Casa de Suplicação, Leitão era nas palavras de Evaldo Cabral de Mello “(...) a encarnação da impertinência jurídica (...)” e sua enviatura fundava-se no juízo de que mesmo um fracasso não seria ruim, pois ao menos desvendaria as reais intenções da Holanda (MELLO, 2003. p.44-45). O jurista, pouco conseguiu junto aos holandeses.

A chegada de Francisco de Sousa Coutinho, homem de antiga confiança de D. João IV, tem objetivamente três questões a serem resolvidas no menor tempo possível que carrega em suas instruções (PRESTAGE, 1928. p.221):

- 1) Obter junto à Holanda bons ofícios para que Portugal fosse incluído em qualquer tratado de paz que se firmasse com Castela e que os plenipotenciários portugueses fossem aceitos no Congresso de Münster;
- 2) Negociar a paz perpétua entre as duas nações;
- 3) Conseguir a devolução das praças tomadas pelos holandeses, tanto anterior a Restauração de 1640 como posterior.

Portugal era consciente de suas limitações e fragilidades diante da situação interna que vivia o reino ameaçado pelo vizinho inimigo e o contexto bélico que pairava sobre a Europa, de tal modo que Sousa Coutinho chegou a Haia com autorização para negociar a compra do nordeste brasileiro, até pelo fato de que a saída pela via diplomática se evidenciava cada vez mais impossível (MELLO, 2003. p.50). Se a Holanda não tinha do ponto de vista diplomático nenhum inimigo, Portugal não tinha ao seu lado nenhum amigo (MELLO, 2003. p.165).

As negociações em Haia eram cercadas por desconfianças mutuas das partes. De um lado o embaixador português acusava os holandeses de venais e gastando uma boa quantidade de dinheiro para suborno dos delegados junto a Assembléia Geral dos Estados e de outro os holandeses acusavam Sousa Coutinho blefar, de enganá-los com falsas promessas. Os mesmo qualificativos se estendiam ao Padre Antonio Vieira, que em 1648 tomou parte junto o embaixador português das negociações em Haia.

O inaciano foi um especialista em Holanda, conhecedor de seus métodos de invasão e dominação. Sua relação com o país do norte da Europa data da primeira tentativa de invasão da cidade de Salvador, onde noviço assiste o abandono da cidade pelo seu povo e depois a sua retomada. Ele também viveu os outros cercos da capital colonial do Brasil e todos foram registrados por ele em cartas ou sermões, que revelam seu pensamento sobre o inimigo herege.

A primeira passagem de Vieira pela Holanda em 1646, não teve função outra que recolher informações para D. João e observar in loco o andamento das negociações. Porem, seu retorno em 1648, depois de passar por Paris para tentar acordar o casamento do Infante D. Teodósio com Melle de Montpensier, é no sentido de negociar a compra de navios para Portugal e auxiliar Francisco de Sousa Coutinho nas negociações de paz, participando ativamente das negociações e fazendo contatos com a comunidade judaica portuguesa ali estabelecida. Para seus críticos esse segundo momento apenas serviu para que o jesuíta mostrasse sua habilidade em comprar navios.

O contato com a comunidade judaica em Haia tinha suas razões políticas e econômicas, pelo capital controlado pelos judeus, que financiava substancialmente as missões diplomáticas através de envios ao rei(CARDIM, 1997. p. 137). A relação do jesuíta Antonio Vieira com judeus ou cristãos-novos, apesar de pouco expostas em suas correspondências como bem nota Pedro Cardim(CARDIM, 1997.p. 37), foi bastante estreita sendo notória a sua defesa desse povo e seu retorno a Portugal, assim com a interseção junto de D. João IV por seu negócios no reino.

Vieira e os judeus, principalmente o rabino Meneseh Ben Israel, vão estabelecer uma ligação teológica e intelectual, realizando longos debates na sinagoga da comunidade judia em Amstedã, ambos homens de letras e conhecedores da retórica. Para João Lúcio de Azevedo, esse encontro e as trocas intelectuais feitas entre os dois religiosos será de grande influência sobre o jesuíta e suas idéias proféticas(Cf. AZEVEDO, 1992).

A polêmica maior de Antonio Vieira, ao lado de Francisco de Sousa Coutinho, estabelecida em sua segunda passagem, diz respeito a entrega de Pernambuco ao inimigo herege, livrando assim Portugal dos dispendiosos esforços financeiro e bélico

empenhados na contenda, segundo argumentos do jesuíta. E assim Portugal poderia voltar-se completamente para Castela, que se aproximava de um acordo com a Holanda em 1648. Essa proposta defendida pelo jesuíta, manifestada no famigerado “Papel Forte”, perde força com o sucesso da empreitada dos luso-brasileiros contra a presença holandesa no nordeste do Brasil, principalmente com a vitória obtida na segunda batalha de Guararapes em agosto de 1648.

Com essa proposta derrotada pelos eventos no Brasil e pelos “Valentões” do reino, Vieira e Coutinho são taxados de “judas do Brasil” e amargam a derrota política durante anos. Mesmo não evidenciado no processo inquisitorial, tal proposta pesa sobre o jesuíta durante seu inquérito.

Contudo a Insurreição Pernambucana significou um forte golpe dentro da comunidade judaica. Por um lado, seu predomínio comercial e financeiro na América ficou afetado, pois provocava contrariedade entre holandeses e luso-brasileiros, “(...) de modo que no decurso de todo o negócio do Brasil os judeus de Amsterdã não deixarão de pressionar os Estados Gerais, somando esforços aos zelandeses e até estimulando uma aliança hispano-neerlandesa contra Portugal(...)” e por outro lado, rompe-se a identidade de interesses entre os judeus portugueses de Amsterdã e de seus sectários de Portugal (MELLO, 2003. p.78-79).

Outro fato que prejudica ainda mais a relação entre Portugal e os judeus, e concomitantemente o financiamento das missões diplomáticas, foi a prisão de Duarte da Silva pela Inquisição portuguesa, que nas palavras de João Paula da Costa trava uma luta surda com a diplomacia lusa(COSTA, 1989. p.316). A partir de então muitos judeus passam a evitar e fugir dos representantes portugueses, que temem por muitas vezes terem feitos jogo de “agente duplo”, servindo as diversas partes em disputa (CARDIM, 1997.p.146).

O levante pernambucano altera a situação portuguesa diante da Holanda, se anteriormente Portugal era visto com bons olhos e Castela tratada como grande inimigo, a revolta inverte as posições e acelera o processo de aproximação entre Espanha e Holanda, tal como as exigências para um acordo com Portugal tornam-se mais elevada. Se antes desejavam apenas a restituição das regiões retomadas pelos insurretos, como o

sucesso desses, passam a exigir territórios a mais como garantia e não mais se disponibilizam a qualquer proposta sobre compra do nordeste brasileiro (PRESTAGE, 1928. p.221-224).

As notícias do levante luso-brasileiro deixam Francisco de Sousa Coutinho sem ação e temerário, pois teme que papéis denunciem o envolvimento do rei no movimento rebelde e observa à situação se agravar nesse sentido, com a falta de notícias de Lisboa e a prisão de Gaspar Dias Ferreira (PRESTAGE, 1928. p.218), testa de ferro de Maurício de Nassau com quem o embaixador manteve reiterado contato após o retorno de Nassau a Holanda em 1664, um sujeito que segundo Evaldo Cabral fazia um jogo duplo transparente (MELLO, 2003. p.72).

Contudo, nenhum papel que foi encontrado com Gaspar Ferreira ligava D. João IV aos rebeldes luso-brasileiros. A papelada encontrada com o luso-brasileiro para a felicidade do embaixador somente era comprometedora para ele mesmo, que escondera zelosamente os documentos pertencentes a Frei Estêvão de Jesus na pensão em que estava em Amsterdã (MELLO, 2003. p.80-81). Mas o envolvimento do rei evidencia-se na documentação do Conselho Ultramarino e no empenho do embaixador em destruir os papéis do Frei que haviam parado inapropriadamente nas mãos de Gaspar Ferreira (MELLO, 2003. p.57). No fundo, D. João IV agia de acordo com o exemplo holandês, que atuaram de má-fé na África e no Oriente (PRESTAGE, 1926. p.13).

O desenrolar da Insurreição Pernambucana tornava os passos portugueses mais lentos em Haia, era preciso notícias do Brasil para tomar decisões acertadas e costurar um acordo menos desvantajoso com a Holanda. Para um rei com fama de hesitante e cauteloso, a combinação de iniciativa militar com diplomacia foi uma atitude bastante ousada (MELLO, 2003. p.57-58). Que também representa uma viragem no tom das negociações, que anteriormente concentravam-se em disputas jurídicas.

Ao mesmo tempo a WIC sofre com a queda dos preços de suas ações, que em agosto de 1650 valem apenas 16 florins diante dos 102 e $\frac{1}{2}$ que valiam no auge das exportações de açúcar em 1642 (MELLO, 2004. p.246-247), e a crescente pressão dos judeus de Amsterdã que exigem uma retaliação severa contra Portugal. Sem contar a mudança de lado dos endividados produtores de açúcar no Brasil.

As falsas promessas, ilusões e dissimulações mudam de lado com a Insurreição Pernambucana, anteriormente essas ações eram utilizadas pelos holandeses para ludibriar os diplomatas portugueses a mais significativa, além evidentemente da trégua de 1641, foi à proposta de devolução de Angola nos idos de 1644 que não seduziu Francisco de Sousa Coutinho conhecedor de que sem Angola (escravos) não haveria Brasil. Quem se valia desse jogo era Portugal, que ordenava ao governador-geral do Brasil António Teles da Silva enviar tropas para conter os rebeldes e este as envia para auxiliá-los.

Logo, ao mesmo tempo em que a Insurreição na colônia coloca a diplomacia portuguesa na Holanda em situação delicada, esta traz novas perspectivas para as negociações em Haia, pois atinge o inimigo em duas frentes, militar e econômico, obrigando o deslocamento de tropas e forçando a negociação pela ameaça e prática da queima de canaviais. Se no começo a Holanda dependia apenas do sal português de Setúbal para a pesca na medida em que havia conquistado o nordeste do Brasil e o monopólio do comércio de açúcar, agora vê-se obrigada a negociar.

As ações tomadas na colônia refletem assim na Europa, sobretudo em Haia onde se davam as negociações alterando os rumos diplomáticos. Os impérios, anteriormente associados, se chocam. A missão primeira dos diplomatas portugueses era legitimar o rei D. João IV diante das nações, mas essa, no caso holandês, passa para um segundo plano, ali era preciso garantir as finanças do rei e assim determinar os destinos do Império português. No fundo, o embate luso-holandês, impõe os limites do império Holandês que se expandiu ao largo de mais de 70 anos comparável somente com a expansão dos Impérios Português e Espanhol nos séculos XV/XVI.

Ronaldo Vainfas, no que consideramos uma provocação, afirma que “(...) a Insurreição Pernambucana fez pela restauração mais do que todos os diplomatas de D. João (...)” e o conflito luso-holandês apenas se resolveu pela entrada da Inglaterra em guerra com a Holanda junto com as vitórias de Salvador Correia de Sá, que reconquistou Luanda, Benguela e São Tomé em 1648, devolvendo o tráfico negreiro aos portugueses (VAINFAS, 2009. p.99-100). D. João IV cumpre assim suas missões para que a dinastia brigantina durasse mais que um verão e perpetuasse-se no trono.

Por fim a Insurreição Pernambucana devolve ao campo da diplomacia as disputas entre Holanda e Portugal, lugar de onde os portugueses desejaram, no começo, tivesse permanecido a disputa (MELLO, 2003).

Bibliografia Consultada

AZEVEDO, João Lúcio de. *História de Antonio Vieira*. Lisboa: Classica Editora, 1992.

BLACK, Maria Luisa Bivar. Portugal e os tratados de Vestfália. In: *Portugal e os caminhos do mar: séculos XVII-XIX*. Coord. Zélia Osório de Castro. Lisboa: Edições Inapa, 1998

BOXER, Charles R., *O império marítimo português: 1415-1825*. Tradução: Anna Olga de Barros Barreto. São Paulo: Companhia das Letras, 2002

CARDIM, Pedro. Entre Paris e Amsterdão: Antonio Vieira, legado de D. João IV no Norte da Europa 1646-1648. *Oceanos*, 30/31 (Setembro de 1997) pp. 134-154.

CAROLLO, Denise Helena Monteiro de Barros. Além do Atlântico e do Mediterrâneo: a atuação de uma rede comercial no século XVII. In: *Dialogos Oceanicos: Minas Gerais e as novas abordagens para uma historia do Império português*. Junia Ferreira Furtado (org.). Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2003. p. 127-153

COELHO, P. M. Laranjo. *Cartas de el' Rei D. João IV ao conde de Vidigueira (Marques de Niza) embaixador em França*. Lisboa: Academia portuguesa da história, 1940. Vol. 1.

CONDE DA ERICEIRA, *História de Portugal Restaurado*. Porto: Livraria Civilização-Editora, 1945.

COSTA, João Paulo da. O Império e os diplomatas da Restauração. In: *Stvdia*. Lisboa, 1989. N° 48. p.307-336

COSTA, Leonor Freire & CUNHA, Mafalda Soares da. *D. João IV*. Lisboa: Circulo de Leitores, 2006.

ISRAEL, Jonathan I; BERKVEN-STEVELINCK, CHRISTIANE & POSTHUMUS MEYJES, G.H.M. . *Emergence of tolerance in the Dutch Republic*. Leiden: Brill Academic PUB, 1997

____ & SCHWARTZ, Stuart B. *The Expansion of tolerance: religion in Dutch Brazil (1624-1654)*. Amsterdam: Amsterdam University Press, 2007.

MELLO, Evaldo Cabral de. *O Negócio do Brasil: Portugal, os Países Baixos e o*

Nordeste, 1641-1669. Rio de Janeiro: Topbooks, 2003

____ *Olinda Restaurada: Guerra e açúcar no Nordeste, 1630-1654*. São Paulo: Editora 34, 2007

MELLO, José Antonio Gonsalves de. *Fontes para a história do Brasil Holandês: A economia açucareira*. Organização e estudo introdutório de Leonardo Dantas da Silva. Recife: CEPE, 2004.

OLIVAL, Fernanda. Juristas e mercadores à conquista das honras: quatro processos de nobilitação quinhentistas. In: *Revista de história econômica e social*, separata. Vitorino Magalhães Godinho, Nuno Valério e Jaime Ferreira (dir). Nº 4- 2º série/2º semestre de 2002.

PRESTAGE, Edgar. Ministros portugueses nas cortes estrangeiras no reinado de D. João IV e a sua correspondência. In: *Revista de História*. (Publicação trimestral) Lisboa: Livraria Clássica Editora de A. M. Teixeira, 1915. 4ºVolume

____ O papel da diplomacia na luta entre portugueses e holandeses pela posse do Brasil- (1641-1661). In: *Revista de Estudo Históricas*. 3ºano. Nº 1-3, Janeiro a Dezembro, 1926

____ *As Relações diplomáticas de Portugal com a França, Inglaterra e Holanda de 1640 a 1668*. Trad. Amadeu Ferraz de Carvalho. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1928.

SAMPAYO, Luis Teixeira. *O Arquivo Histórico do Ministério dos Negócios Estrangeiros: Subsídios para o estudo da história da diplomacia de portuguesa*. Coimbra: Imprensa Universitária, 1925. Separata do Arquivo de História e bibliografia. Vol. II.

STUDNICKI-GIZBERT, Daviken. La “nation” portugaise. Réseaux marchands dans l’espace atlantique à l’ époque moderne. In: *Annales, Histoire, Sciences Sociales*. 2003/3, 58º année. p. 627-548.

VALLADARES, Rafael. *Independência de Portugal: guerra e restauração, 1640-1680* Trad. Pedro Cardim. Lisboa: A Esfera do Livro, 2006

VAINFAS, Ronaldo. Guerra declarada e paz fingida na Restauração Portuguesa. In: *Tempo* [online]. 2009, vol.14, n.27, pp. 82-100. ISSN 1413-7704. doi: 10.1590/S1413-77042009000200007